

CARLOS LACERDA E A PROPOSTA UDENISTA DE POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS¹

PÊGAS, Karen Garcia²

LAMBLET, Luciana³

Palavras-chave: UDN. Economia Internacional. Relação Brasil-EUA.

O governo Goulart foi marcado por inúmeras crises, o que mesmo com a exceção de qualquer julgamento partidário significou acima de tudo a ascensão dos movimentos sociais, ou seja, a emergência popular a todos os níveis, em ameaça à ordem estabelecida. No plano da inspiração ideológica surgia uma nova concepção de nacionalismo, que se afastava daquela dada a Juscelino Kubitschek e próxima à postura da última fase getulista. O corte imperialista passa a identificar toda e qualquer posição nacionalista, tanto no plano da economia como no plano da política. A questão discutida agora é o papel do Brasil como tradicional aliado dos Estados Unidos. Para uma UDN ortodoxa consistia num alinhamento político incondicional com os Estados Unidos e o reforço à proposta da política externa independente iniciada no governo de Jânio Quadros, antecessor de João Goulart.

Essa abertura da UDN ao capital estrangeiro e a sua intensa oposição ao monopólio do capital estatal no desenvolvimento de uma política industrial, principalmente no que relacionou a área dos recursos naturais, como foi o caso da implantação de uma política industrial de petróleo na Era Vargas, trouxe ao partido a alcunha de entreguistas, pelos nacionalistas, varguistas, a favor de um monopólio estatal no desenvolvimento de uma política industrial. Política essa que para a sua eficiência envolvia um tripé com relação a três capitais: o estadual, o privado e o estrangeiro. O que no Governo Goulart tomou proporções ainda maiores nos embates entre nacionalistas e udenistas a respeito do capital estrangeiro, devido à crise financeira que assolava ao Brasil e a relação que o Brasil matinha de aliança econômica com os

1 - Resumo expandido do trabalho apresentado no IX Simpósio de História da Universo.

2 - Acadêmica do Curso de História e Pesquisadora do PIBIC&T da Universidade Castelo Branco.

3 - Professora da Universidade Castelo Branco. Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

Estados Unidos. Essa relação econômica entre Brasil e EUA foi vista como uma forma do governo americano controlar a economia e a política brasileira através da ajuda econômica com créditos e recursos financeiros, principalmente no que se referiu ao estímulo ao desenvolvimento industrial, pois vivendo uma situação de grande crise econômica e os industriais brasileiros não possuindo capital e subsídios necessários para fazer progredir tal empreendimento, havia a necessidade de se contar com a ajuda do crédito e capital externos.

A UDN, que mantinha relações com os Estados Unidos, em que seus partidários regionais alegavam justamente a busca do capital estrangeiro para financiar obras de desenvolvimento de infraestrutura e econômico de suas respectivas regiões, assim como no âmbito da política nacional econômica em que seus partidários elaboravam programas com abertura para capital estrangeiro sujeito à sanção da lei. O problema vinha dessa relação entre a crise econômica, a ascensão popular tão combatida pelos udenistas, que diziam caminhar para a desordem e que seria uma revolução com vias a implantação de um regime comunista. Deste modo, a relação econômica da UDN com os Estados Unidos era vista de uma forma a produzir benefícios econômicos para as suas campanhas políticas, além da união na luta de combate ao comunismo, fazendo com que as esquerdas acusassem os udenistas de conceder à intervenção política e militar americana no cenário político-econômico brasileiro.

Com a emergência popular, houve a intensificação do movimento sindical, com a ocorrência multiplicada de greves, inclusive greves políticas em torno das reformas de base e com o destaque para o surgimento de lideranças autênticas “anti-peleguistas” e a defesa do mandato sindical. Houve também uma politização crescente das associações estudantis com novas propostas de reformas universitárias e também na cultura popular com a mobilização dos setores rurais, não mais isolados como antigamente, através dos sindicatos e das Ligas Camponesas, com as consequentes ameaças ao sistema senhorial, com greves inéditas e invasão de terras.

No campo político-econômico e social, UDN e PSD se configuram como partidos semelhantes no que tange às linhas gerais dos interesses econômicos, a principal diferença entre ambos se configura: em uma postura antiestatista e favorável ao capital estrangeiro udenista, enquanto os pessedistas defendem uma linha mais

progressiva ao mesmo tempo, e com igual ênfase, a intervenção estatal e o capital estrangeiro. Isso provoca no quadro do cenário político brasileiro a união de partidos adversários defendendo interesses afins e a divergência entre grupos do mesmo partido como a “Bossa Nova”, no caso udenista, e a “Ala Moça”, no caso pessedista.

Porém no que tange aos interesses econômicos da UDN e do PSD também é importante atentar para as peculiaridades das seções regionais e de âmbito nacional; os primeiros que vão causar justamente os conflitos “ideológicos-pragmáticos do partido”, que será o motivo justamente da separação da Bossa Nova da UDN no governo Goulart. Assim, as tendências clientelísticas da UDN e do PSD são semelhantes no interior da região Leste (Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo) e na região Norte. No entanto, na zona canavieira do Nordeste, no Ceará e nas zonas de pecuária mais antiga da região Centro-Oeste a política de clientela da UDN teria um sentido “conservador senhorial”, enquanto o PSD revelaria um “clientelismo mais consensual”, no interior da região Centro-Leste e nas regiões novas da Região Centro-Oeste

A ação econômica do Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) para o favorecimento – com fundos de origens principalmente americanas – dos candidatos ostensivamente “antijanguistas” e “anticomunistas” da Ação Democrática Parlamentar tornou-se objeto de CPI (em junho de 1964, relatada pelo udenista Pedro Aleixo e presidida pelo pessedista Ulisses Guimarães. O financiamento da campanha – imprensa, televisão, propaganda, transportes etc. – seria depois por vários beneficiários e pelo próprio embaixador americano Lincoln Gordon. Porém o efeito foi desastroso: o PTB duplicou sua bancada no Congresso (só na Guanabara, a Aliança Trabalhista Socialista chega ao dobro dos votos da UDN, mesmo com os êxitos administrativos do governo de Lacerda), a Frente Parlamentar Nacionalista se afirmou, as reformas de base passaram a dividir as opiniões no Congresso, associado à campanha pela volta do presidencialismo.

Logo após as eleições de outubro, em nota oficial “aos brasileiros”, a direção da UDN se afirma totalmente contrária à política trabalhista de Goulart. Sendo contra o reajuste dos salários, que diz não ser feito de forma planejada, levava a várias distorções, que inflamam as tensões sociais. Com isso, os trabalhadores pouco qualificados recebem uma bem menor remuneração em comparação aos professores universitários e categoriais das patentes das Forças Armadas. São reiteradas denúncias

já tradicionais de “corrupção administrativa com a convivência de personagens do governo” e condena “a ilegitimidade da ação das organizações sindicais, que são oficiosamente convocadas para as greves políticas” e, principalmente, aponta a “cizânia nas Forças Armadas, distraindo de sua função de garantidoras da ordem” (25/11/ 62, Arquivo UDN). As reformas de base serão apenas aprovadas se estiverem ”fora da área da demagogia e da mistificação” e “respeitadas nossas tradições cristãs e democráticas (25/11/62, Arquivo UDN). Assim como também quanto a fase final do segundo governo Vargas, a oposição udenista também ataca diretamente a figura pessoal do presidente. Embora a defesa do regime parlamentarista constasse nos programas udenistas desde a sua fundação, a UDN se divide quanto ao plebiscito (a 6/1/63): os fiéis ao parlamentarismo permaneceram líderes como Pedro Aleixo, Milton Campos e Adauto Lúcio Cardoso; favoráveis ao presidencialismo, Afonso Arinos, e os governantes Juraci Magalhães, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto: estes interessados pelo fato de objetivarem as suas próprias candidaturas à sucessão presidencial. O resultado do plebiscito deu a vitória esmagadora ao presidencialismo e reforçou objetivamente os poderes de João Goulart. Assim, Goulart viu restaurada a legitimidade popular de seu mandato e contribuiu para a exacerbação da luta oposicionista e para o envolvimento de altos chefes militares na conspiração para a derrubada do governo.

A oposição dos udenistas aos projetos de reforma agrária e a emenda constitucional, em níveis diferentes entre si de radicalização, baseiam-se em quatro tipos de motivações semelhantes, porém com igual ênfase num determinado ponto, de acordo com a ala que defende a “Bossa Nova” ou a tradicional ruralista: a defesa de específicos interesses econômicos contra a desapropriação das terras ou contra o modo de indenização; a defesa de específicos interesses econômicos, contra a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais; a denúncia da reforma constitucional como caminho para a subversão comunista, através, inclusive, da ampliação dos poderes presidenciais de João Goulart e a denúncia da reforma constitucional como “golpe” de poder eleitoral. O último ponto se refere à ideia do udenista Aliomar Baleeiro, de que a emenda constitucional daria uma poderosa arma política para que Jango fosse o “árbitro quando a desapropriação”, o que levaria a uma quebra do PSD e da UDN.

Assim o debate em torno do capital estrangeiro gerou tanto polêmica quanto à agrária e desuniu ainda mais a UDN. Essas discussões acaloravam mais o debate entre

parlamentar entre PSD e UDN que se dividiam em dois principais projetos o de Celso Brant, limitando a remessa de lucros (20/11/61), e de Sérgio Magalhães, impedindo agências públicas de conceder empréstimos ao Brasil a firmas de propriedade ou controlada por estrangeiros (3/11/63). Assim, devido aos efeitos que a campanha nacionalista produziu nos partidos de centro e de centro-direita, dava-se um alto nível de desintegração udenista no tocante à votação nominal no Congresso.

É na Convenção Nacional de Curitiba que o deputado José Aparecido apresenta o manifesto da “Bossa Nova” a favor das reformas agrária, tributária, bancária e urbana; da política externa independente; da democratização do ensino, da consolidação de Brasília, do monopólio estatal do Petróleo, a Eletrobrás e ao Plano Trienal do governo (24/4/63, Arquivo UDN). A Bossa Nova defende a reforma agrária com emenda constitucional, incluindo até mesmo a tese do PTB de arrendamento compulsório; enquanto para os conservadores e lacerdistas “a Constituição é intocável”. No encerramento da Convenção, Bilac Pinto, o presidente do partido, conclama as Forças Armadas para “interromper o curso visível desse processo revolucionário, restituindo a família brasileira a tranquilidade”, reiterando os ataques contra o governo “infiltrado de comunistas” (28/4/ 63 Arquivo UDN).

Logo, pode-se perceber o quanto importante foi a participação da UDN na política e na economia brasileira, principalmente durante o governo de João Goulart quanto às reformas de base, principalmente no que tange à economia como a agrária, tributária e trabalhista. Nos programas elaborados e debates parlamentares e na votação nominal no Congresso.

As brigas entre esquerda e direita que tanto caracterizou o governo de Jango também foi a marca da ação política udenista, nos vetos das propostas nos congressos e na reorganização dos setores sociais principalmente militares e aliança com os Estados Unidos em nome da ordem e contra o comunismo que levaria à deposição do governo de João Goulart.

Problemática e Enquadramento Conceitual e Teórico

O trabalho se propõe a compreender as propostas udenistas de relação econômico-diplomática do Brasil com os Estados Unidos. E visa também à problematização do conceito de “entreguismo”, alcunha dada aos partidários da UDN e que se tornou de senso comum na Historiografia.

Procedimentos Metodológicos

- 1- *Arquivo UDN*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:
BOLETIM DA UDN. O Preço da Liberdade é a Eterna Vigilância. 1952. 7º Caderno. IHGB
- 2- Arquivo Nacional.
LACERDA, Carlos. (1961) – A UDN na Encruzilhada. (mensagem a Convenção do Recife), Rio, folheto impresso, sem outras referenciais.
- 3- Biblioteca Nacional.
Jornal. TRIBUNA DA IMPRENSA. 1950. 2 edição. v: 2

Resultados Parciais

- A influência efetiva do pensamento udenista na política econômica brasileira; com a implantação de vários dos seus projetos partidários direta ou indiretamente.
- Os projetos udenistas não estiveram distantes em muitos casos dos processos Implantados; o liberalismo udenista não se tornou totalmente derrotado.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

DELGADO, Lucilia de A. N. & FERREIRA, Jorge (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.